

Palavras-chave: América Latina; Estado; produção; proteção social; Serviço Social.

ABSTRACT

The aim of this study, which is in its initial phase of development, is to construe the contradictions of the peripheral capitalist state into the processes of reform and counter-reform of social protection systems in Latin America based on the qualified production of the Social Service area between the years 2013-2018. In view of this context of research, the question is: how are the contradictions of the peripheral capitalist state of neoliberal orientation in the processes of reform and counter-reform of social protection systems in Latin America when analyzing the qualified production of the area of Social Service? In its construction, the study is divided into two chapters: the first dialogue between the constitution and the characteristics of the State in Latin America and; the second, analyzes social protection in Latin America, based on current trends. The methodology applied in the research is divided in three axes: I) to reach the objectives initially proposed will be used exploratory-descriptive research; II) to organize and collect the materials to the study will be used of the bibliographic research of quantitative and qualitative character and; for the treatment of these data the method to be employed will be hermeneutic-dialectic.

Keywords: Latin America; State; production; social protection; Social Service.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em sociedades que detêm como marca central amplas desigualdades sociais e econômicas e o não acesso por grande parte da população aos sistemas de proteção social por meio da garantia dos direitos sociais, como é o caso das latino-americanas, o estudo sobre o papel do Estado mostra-se de extrema importância ao configurar-se, ou pelo menos teoricamente, como agente responsável por concretizar direitos e afastar a tentativa de dominação por parte do capital periférico dos principais espaços de poder e decisão.

Em virtude de representar uma das maiores e principais fontes de provisão de bem-estar social da sociedade os sistemas de proteção social, por meio essencialmente da Assistência Social, Educação, Previdência Social e Saúde (conceito de Seguridade Social ampliada), se constitui, contraditoriamente, alvo de

políticas neoliberais e neoconservadoras já conhecidas e transvestidas que promovem o seu desmonte e a sua descaracterização implicando de forma direta na não concretização dos direitos sociais.

De tal modo, traduzir as contradições do Estado capitalista periférico nos processos de reforma e contrarreforma dos sistemas de proteção social na América Latina com base na produção qualificada da área do Serviço Social entre os anos 2013-2018 enquadra-se enquanto objetivo central do estudo. Diante desse contexto da pesquisa, questiona-se: como são traduzidas as contradições do Estado capitalista periférico de orientação neoliberal nos processos de reforma e contrarreforma dos sistemas de proteção social na América Latina ao analisar a produção qualificada da área do Serviço Social?

Desse modo, há a necessidade urgente de um estudo e da problematização das contradições do Estado capitalista periférico no desmonte dos sistemas de proteção social na América Latina na necessidade de uma teoria que compreenda e analise as especificidades e a diversidade das nações latino-americanas, bem como o grave quadro de desigualdades sociais e econômicas. A pesquisa encontra-se delimitada no intervalo temporal dos fenômenos definido a partir dos anos 1989 (Consenso de Washington) até os dias atuais e tendo como observação e espaço geográfico a América Latina.

1.1 Aspectos metodológicos

1.1.1 Quanto aos objetivos: pesquisa exploratória-descritiva

A pesquisa exploratória objetiva desenvolver, esclarecer e repensar conceitos e ideias anteriormente desenvolvidas e classificadas como dominantes, além de proporcionar uma visão geral sobre o objeto de análise com o fito de proporcionar maior proximidade do pesquisador com a temática (GIL, 2002). Por sua vez, a pesquisa descritiva tem por finalidade descrever determinadas características de um fenômeno com o estabelecimento de relações entre variáveis (contradições) (GIL, 2002). Assim, o estudo pretende ir além da identificação da existência de relações entre as variáveis Estado capitalista periférico, proteção social e América Latina, pretendendo determinar a natureza e as interações dessa relação.

Portanto, o presente estudo utiliza-se da união dessas duas formas para alcançar o objetivo, já que a pesquisa exploratória procurará explorar o problema para fornecer informações para a investigação mais precisa e a pesquisa descritiva visará descrever e repensar as relações contraditórias existentes a partir de uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo.

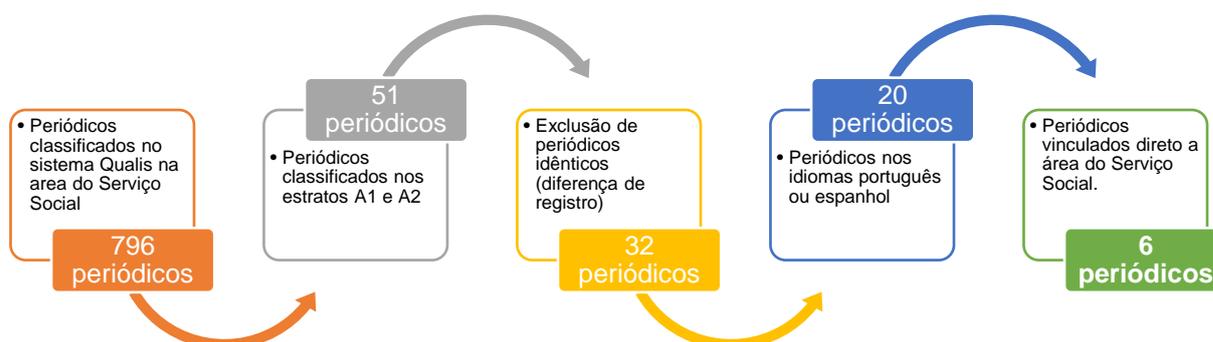
1.1.2 Quanto aos procedimentos: pesquisa bibliográfica de caráter quanti-quali

A pesquisa bibliográfica classifica-se como sendo aquela na qual há um levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas, como por exemplo livros, artigos científicos, entre outros. Há duas modalidades de pesquisa bibliográfica de acordo com Gil (2002): a primeira é aquela onde qualquer trabalho científico inicia com um levantamento do que já se estudou sobre o assunto; e o segundo, aqueles trabalhos que se baseiam exclusivamente na pesquisa bibliográfica.

Nessa segunda modalidade é que a presente pesquisa está fundada uma vez que busca referências teóricas já publicadas com a finalidade de recolher informações e conhecimentos prévios sobre o problema de pesquisa a respeito do qual se procura a resposta. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45).

O processo de coleta de dados foi pautado pela adoção de alguns critérios que servirão para delimitar o universo de estudo e orientar a seleção do material. São critérios de inclusão e exclusão da pesquisa: 1) Periódicos classificados no sistema Qualis/Capes, avaliação quadrienal 2013/2016 na área de avaliação do Serviço Social; 2) Periódicos classificados no estrato A (A1 e A2); 3) Exclusão de periódicos semelhantes (numeração de registro diversa para versão impressa e online); 4) Periódicos nos idiomas português ou espanhol; 5) Periódicos vinculados diretamente à área do Serviço Social ou a Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Política Social.

GRÁFICO 01: Aplicação dos critérios de inclusão e exclusão



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados coletados no sistema Qualis/Capes.

Do total de 796 (setecentos e noventa e seis periódicos) classificados no Sistema Qualis/Capes na área do Serviço Social, aplicando os critérios de inclusão e exclusão definidos no gráfico 01, restaram 6 (seis) periódicos para a pesquisa, todos vinculados diretamente a área do Serviço Social, conforme a tabela 01:

TABELA 01: Dados dos periódicos selecionados para a pesquisa

TÍTULO DO PERIÓDICO	INSTITUIÇÃO VINCULADA	QUALIS/CAPEs	ISSN	ANO DE CRIAÇÃO
Revista Katálysis	Universidade Federal de Santa Catarina	A1	1982-0259	1997
Revista Serviço Social & Sociedade	Editora Cortez – São Paulo	A1	2317-6318	1979
Revista Ser Social	Universidade de Brasília	A2	2178-8987	1998
Revista Textos & Contextos	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	A2	1677-9509	2002
Revista Argumentum	Universidade Federal do Espírito Santo	A2	2176-9575	2009
Revista em Pauta	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	A2	1414-8609	1993

Fonte: elaborado pelos autores com base no sistema Qualis/Capes.

Para abordar o problema de pesquisa será utilizado a pesquisa quantitativa e qualitativa, vez que a primeira considera a delimitação dos aspectos para a pesquisa bibliográfica ao quantificá-la e analisá-la. E o caráter qualitativo ao estabelecer uma relação dinâmica entre o mundo real (objetivo) e o sujeito (subjetividade) que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de

significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa (SILVA; MENEZES, 2005).

O estudo utilizou como marco temporal as publicações nos periódicos qualificados e selecionados nos últimos seis anos, isto é, pesquisas publicadas entre 2013 e 2018. A escolha do marco temporal inicial da pesquisa (2013) se deu em razão do início dos protestos (também denominados de manifestações ou jornadas) de julho de 2013 no Brasil que inicialmente tinham por objetivo contestar os aumentos nas tarifas do transporte público³, mas que tomou proporções nacionais e internacionais e, com a participação ativa de movimentos neoliberais, neoconservadores e de direita, contribuíram para o golpe/impeachment da então presidenta eleita Dilma Rousseff em trinta e um de agosto de dois mil e dezesseis⁴.

A amostra que orientou a coleta do material bibliográfico nas revistas qualificadas na área do Serviço Social foi do tipo não probabilística intencional, uma vez que o processo de escolha dos documentos tem como objetivo dar visibilidade e problematizar o objeto de estudo. E, mesmo representando um conjunto do segmento pesquisado, não propõe a generalizar os achados ao não se fundar em amostras estatisticamente calculadas (LAKATOS, MARKONI, 2003).

1.1.3 Quanto aos dados: método hermenêutico-dialético

Na análise e tradução dos dados levantados na pesquisa bibliográfica será aplicado o método hermenêutico-dialético estruturado por Maria Cecília de Souza Minayo (1994). A aplicação da técnica de análise baseada na hermenêutica-dialética parte de um referencial teórico crítico e multidisciplinar, tomando a união do Serviço Social e do Direito como campos originários, mas transitando também por autores da economia, sociologia, filosofia e ciência política.

Sob esta perspectiva de análise, será possível apreender e compreender as dimensões históricas, culturais, sociais e políticas em que se elaboram as representações e, conseqüentemente, o marco global sobre as contradições entre Estado capitalista periférico e os processos de reforma e contrarreforma dos sistemas de proteção social na América Latina. Segundo Yamamoto (2015), há a necessidade metodológica de apreender a formação econômico-social, isto é, capitalista em sua

³ Ver mais em Scherer-Warren, 2014.

⁴ Ver mais em Souza, 2016.

totalidade a partir das múltiplas determinações da realidade, especialmente, no antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.

Há três possibilidades de análise dos dados dentro de uma pesquisa qualitativa de acordo com Minayo (1994): a análise de conteúdo, a análise do discurso e a hermenêutica-dialética. Desse modo, o método hermenêutico-dialético o "[...] mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. Ele coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida" (MINAYO, 1994, p. 231).

A dialética, construída inicialmente por Hegel e posteriormente reformulada por Marx, tem por fundamento demonstrar que todos os fenômenos são dotados de características contraditórias da realidade e, utilizando-se para isso, de processos e procedimentos de interpretação dinâmicos e totalizantes dessa realidade (LAKATOS; MARCONI, 2003). De acordo com Gil (2008, p. 14), a dialética ao fornecer essa interpretação dinâmica e totalizante da realidade, "[...] estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc".

Toda a crítica dialética é igualmente uma análise histórica, uma vez que está vinculada diretamente a configuração da realidade em questão. Para Ianni (2011), a utilização indiscriminada de categorias é um aspecto que deve ser considerado na academia, como exemplo, o autor constrói a ideia de Estado burguês sendo utilizado na Ásia, da mesma forma, a utilização do termo Estado Bonapartista na África ou na América Latina (IANNI, 2011, p. 406).

Por isso, na construção de uma pesquisa que objetiva compreender os elementos centrais da proteção social no Estado na América Latina, a compreensão tanto do seu caráter periférico quanto das relações complexas e contraditórias entre Estado, sociedade e mercado são fundamentais. Behring e Boschetti (2011) ensinam que no âmbito dos conflitos e lutas de classes inseridos nos processos conflitantes de produção e reprodução do capitalismo, a utilização de enfoques unilaterais ou que restrinjam a compreensão da totalidade⁵ devem ser afastadas.

⁵ A totalidade compreende a realidade nas suas íntimas e complexas determinações, e revela, sob a superfície dos fenômenos, suas conexões internas, necessárias à sua apreensão. Coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais, não chegando a atingir a essência dos fenômenos. Do ponto de vista da totalidade, compreende-se a dialética como causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Dentro desse contexto, a união da hermenêutica com a dialética, Minayo (1994, p. 227) assegura que:

[...] o intérprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações mas com significado específico. Esse texto é a representação social de uma realidade que se mostra e se esconde na comunicação, onde o autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo que as tensões e perturbações sociais.

Uma análise hermenêutica-dialética constituiu-se enquanto uma metodologia de subjetivação do objetivo e objetivação dos sujeitos resultados desse mesmo processo. A hermenêutica-dialética de Minayo (1994) fornece as bases para a compreensão do sentido da comunicação, por meio da intersubjetividade, onde a quantidade e a qualidade tem a mesma significação. Tem por fundamento de construção dois níveis de interpretação: nível das determinações fundamentais e o nível de encontro com os fatos empíricos.

No nível das determinações fundamentais o pesquisador deve estabelecer ainda na fase exploratória da investigação o contexto sócio-histórico dos grupos sociais que constituem como o marco teórico-fundamental da análise. Por sua vez, no nível de encontro com os fatos empíricos, baseia-se nos fatos que surgem durante a realização da pesquisa de campo que, neste caso, será o levantamento sobre a produção qualificada da área do Serviço Social, promovendo assim, a compreensão da realidade em toda sua dinâmica (MINAYO, 1994).

2 ESTADO E SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: CONTRADIÇÕES EM CURSO

2.1 O Estado na América Latina: constituição e características

Com o fim da Segunda Guerra Mundial surge a necessidade de se compreender o Estado na América Latina sem a influência de uma corrente alienígena hegemônica. De acordo com Lujano (2008), o questionamento que deve ser feito é: o que significa estudar América Latina na atualidade? Como possível resposta, tem-se a possibilidade de criticar premissas até então inquestionáveis, repensar paradigmas

teóricos sobre estrutura e instituições fundacionais da sociedade. Portanto, deve ser o fio condutor de qualquer estudo sobre o Estado latino-americano.

A conceituação e delimitação do Estado na América Latina, suas constituições e características, ficaram durante muitos anos esquecidos pela doutrina. Esse processo de esquecimento acabou por instituir ao Estado uma categoria denominada por Lechner (1981) de *residual*, isto é, a conjuntura com fundamento em uma mescla entre governo, estrutura de poder, dominação de classes, políticas públicas, marco legal, direção ideológica, entre outros.

Mesmo que não haja uma teoria do Estado latino-americano solidificada enquanto um conjunto de interpretações é possível perceber a presença de um maquinário político-administrativo fundado em uma elite pública, em grande modo dissociada de uma sociedade civil⁶, que está preocupada em tutelar, controlar e dominar o econômico por meio do cultural-ideológico. Em razão desse quadro, Kaplan (1990) mostra-se seguro ao afirmar que o Estado ingressa na era contemporânea em permanente crise estrutural.

É a sociedade civil o terreno da produção social: da produção capitalista de mercadorias, da produção das classes sociais e de suas diferenciações, da produção das formas culturais pelas quais os indivíduos sociais expressam seu modo de vida e de trabalho. Verifica-se, inclusive, um desenvolvimento desigual entre as transformações objetivas das forças produtivas e das relações sociais e as expressões culturais dessas mesmas transformações presentes na vivência dos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2015, p. 243).

Inserido nesse debate acerca do Estado e da sociedade civil, grande parte do fundamento para a sua *crise permanente* pode ser encontrada também na análise do desenvolvimento capitalista histórico, social e político realizado nos países latino-americanos através da lente europeia. Ao se utilizar de modelos e conceitos com suposta validade universal, acabou-se por ensejar a construção de padrões que não levassem em consideração as peculiaridades locais, promovendo sociedades incompletas, com nações inacabadas e com seus “quase” Estados (ESCUADERO, 1995).

⁶ A minha investigação desemboca no resultado que tanto as relações jurídicas, como as formas do Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas que se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais da vida cujo conjunto Hegel resume, segundo precedente dos ingleses e dos franceses do século XVIII, sob o nome de sociedade civil que e na anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política (MARX, 1975, p. 301).

É de caráter imprescindível remarcar a própria questão da necessidade de teorizar as especificidades do Estado na América Latina, por meio de um pensamento crítico da região. Lechner (1981, p. 07) afirma que “[...] *las dificultades por precisar qué y cómo es el Estado capitalista sui generis en la región revelan un ‘déficit teórico’ que contrasta con la movida lucha política*”. Especialmente porque os conflitos que se desenvolvem nas sociedades latino-americanas acabam por invocar o Estado, e assim, sua insuficiente conceituação deixa de ser um assunto acadêmico e de interesse.

Talvez nesse momento, Fiori (1995), pode contribuir com a situação da realidade do papel do Estado latino-americano e no traço de algumas possíveis construções/aperfeiçoamentos, entre elas: I) os estados latino-americanos não possuem uma teoria sustentável sobre a sua situação periférica; II) grande parte das reflexões até agora traçadas obedeceram aos cânones doutrinários e estratégicos; III) o Estado reduzido a um ente epistemológico requerido por necessidades sejam elas revolucionárias ou conservadoras; IV) há um formalismo abstrato de pobre compreensão das lutas concretas da sociedade; V) idealização da história europeia, fetichizada como teoria e dogma e VI) aplicação da teoria da dependência.

Essa análise tem encontrado certa dificuldade em razão da presença de um modelo ideal de Estado, no qual a crise do capital da atualidade evidencia determinadas tendências autoritárias, inclusive presentes em cenários de capitalismo desenvolvidos que, em certa maneira, podem ser comparados àqueles encontrados em capitalismo periféricos subdesenvolvidos. Fleury (1994, p. 142), é cautelosa ao analisar esse fenômeno, em especial por visualizar “[...] a existência de elementos de um Estado de exceção como intrínseca ao Estado capitalista, podendo emergir seja como resposta a uma situação de crise econômica e crise política, [...] impedindo a consolidação da forma democrática do domínio de classe”.

Para O'Donnell (1993), grande parte dos países recém democratizados que sofrem com graves crises econômicas fomentam também a ampliação em zonas marrons (zona de exclusão). Outra característica desenvolvida em comum seria o anti-estatismo das ideais e das políticas neoliberais, especialmente aquelas empenhadas em diminuir o *déficit público*. Em contrapartida, tem-se as desigualdades sociais, regionais, raciais e culturais que acabam por se manifestarem econômico e politicamente em grupos, classes, movimentos sociais e, até mesmo, na opinião pública por meio das mídias (IANNI, 1988).

Qualquer Estado pode ser compreendido como a expressão da relação de dominação de classes, no qual baseia-se numa ideologia assumida como de interesse público e desenvolvida na tensão entre projeto hegemônico/classes dominantes e classes dominadas. Esse Estado representa o conjunto escalonado de processos que envolve em seu interior um jogo contraditório de posições, tornando-se necessário tomar em conta o onde, ou seja, o lugar em que o problema é tomado como objeto de política pública no interior da organização estatal (FLEURY, 1994).

Na América Latina há uma forte tendência de que seja concebida a cidadania como contraparte do Estado na existência de um processo onde a formulação genérica e abstrata “[...] é atravessada por uma lógica de exercício do poder político através da qual são reificadas estruturas de dominação particularistas/personalistas” (FLEURY, 1994, p. 151). Todavia, a sua (des)construção ocorre na tensionalidade, isto é, nos limites funcionais entre a garantia da proteção social aos cidadãos e a sua violação.

A análise do Estado na América Latina se mostra de extrema importância enquanto ferramenta de compreensão da base que se estrutura toda e qualquer política pública social, especialmente a proteção social. Além de configurar como um processo histórico construído pela classe trabalhadora, de aceitação e de legitimação, a proteção social desenvolve-se por meio da garantia à Seguridade Social, mas que, atualmente encontra-se em pleno processo de descaracterização.

2.2 Proteção social na América Latina: tendências atuais

Diante da possibilidade de se pensar uma teoria enquanto conjunto de interpretações do Estado na América Latina e, considerando os estudos realizados até o momento, é possível realizar algumas divisões teóricas necessárias à compreensão das peculiaridades desse Estado territorialmente delimitado, desde uma visão analítica, até a generalidade do capitalista no aparelho estatal. De acordo com Fleury (1994), o ponto comum que conduz os processos de analogia e de interpretação pode ser encontrado nos elementos que conduzem o Estado à uma constante crise, mesmo nas democracias, da constituição e exercício do poder sobre o capital.

Esse contexto de contradições dentro da estrutura estatal e do neoliberalismo congrega para a afirmação de que os Estados latino-americanos, entre eles o Brasil,

estão sendo marcados muito mais pelos sucessos ideológicos do que pelo êxito à níveis econômicos. Outra crítica construída por Fleury (1994), centra-se na incapacidade da esquerda em planejar e construir formas contra hegemônicas que sejam alternativas ao neoliberalismo e a crise fiscal do Estado, proporcionando a desarticulação das suas bases de legitimação (passividade, pobreza, desemprego e desagregação social).

Em um cenário mundial de unificação do capital e de dominação ideológica, as economias nacionais, especialmente as do Sul, sofrem com a completa heterogeneidade e desigualdade. Ao mesmo tempo que há o desenvolvimento das desigualdades sociais, ocorre o crescimento de grandes empresas multinacionais (para o capital), com o favorecimento à classes e grupos dominantes. O que acaba por ensejar, segundo Iamamoto (2015), a precarização das relações de trabalho, a flexibilização de direitos trabalhistas, o aumento do desemprego crônico, além do desmonte do sistema de proteção social.

A mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos), que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais (IAMAMOTO, 2015, p. 108).

Como um dos mecanismos de resistência na luta pela manutenção e ampliação dos sistemas de proteção social na América Latina, pela redução do desemprego e combate a sua precarização, tem-se a sua problematização em tempos de crise. Essa etapa é de extrema importância, uma vez que a sua discussão “[...] passa por reestruturações na base produtiva, pela desvalorização da força de trabalho e pelo redirecionamento dos mecanismos de regulação estatal” (MOTA, 2008, p. 42).

Essa problematização da proteção social em tempos de crise do capital e de neoliberalismo não deve ser resumida simplesmente a discussão entre crise econômica e crise da proteção social, deve-se historicizar, politizar, traduzir a Seguridade Social, compreendendo-a em um mundo de mudanças (em regra com retiradas de direitos) nas relações trabalhistas e o movimento de resistências das classes. Na condição de esferas constituidoras da relação entre Estado e sociedade, “[...] os sistemas de seguridade são determinados por um conjunto de necessidades

que nascem no mundo da produção *stricto sensu*, mas não encerram ali o seu sentido” (MOTA, 2008, p. 122).

Pode ser compreendida como um desafio que origina o questionamento da capacidade das sociedades de existirem e coexistirem como um todo, como um determinado conjunto interligado através de relações de interdependência. De acordo com Wanderley (2004), essa relação pode ocasionar grandes alterações na estrutura produtiva do Estado-nação, especialmente em sua gestão e em suas políticas sociais, com base no princípio da exclusão, seja ele tanto em detrimento do processo produtivo do trabalhador assalariado quanto por razões de gênero, étnicas e/ou culturais.

Essa tentativa de desmonte que abarca a proteção social em sua completude tem como principais ferramentas, de acordo com Martinelli (2016), as seguintes ações: I) a despilitização, a tecnificação dos interesses públicos desqualificadores dos processos democráticos com o objetivo de fragmentar o tripé das políticas, desconstituindo o princípio universalizante; II) a diminuição e desclassificação da seguridade por meio de discursos de globalização, desnacionalização do capital, reduzindo a sua força política e, III) o maniqueísmo de se ter um sistema de um tipo ou de outro.

De acordo com Boschetti (2009), o desmonte/descaracterização do sistema de proteção social pode ser concebido a partir de três caminhos: I) o primeiro na desconfiguração dos direitos previstos nas constituições, uma vez que grande parte deles ainda não foram universalizados; II) o segundo caminho do desmonte perpassa pela fragilização dos espaços de participação e de controle democrático e; III) o terceiro ocorre por meio do orçamento, com isenções e os desvios legais (do ponto de visto jurídico-positivo) de recursos que deveriam ser destinados, integralmente, à Seguridade Social.

Sob a égide neoliberal e neoconservadora, a políticas de proteção social sofreram uma forte reorientação tanto em sua fundamentação quanto em sua aplicação, sendo agora pautada por novos e contraditórios referenciais teóricos e ideológicos, que estão a serviço da necessidade urgente de respostas econômicas e políticas à crise da superprodução capitalista (PEREIRA, 2016). As respostas dadas pelo sistema estatal para auxiliar o capitalismo a perpetuar-se podem ser divididas em dois principais pilares.

Deve-se reconhecer o Estado/sociedade como espaços contraditórios, especialmente diante das usurpações de direitos que afetam diretamente a saúde do

trabalhador e de sua família. Nesse sentido, “[...] nem o Estado nem o governo que está no poder e nem a sociedade ou as instituições que a conformam são blocos monolíticos e homogêneos; esses são constituídos por forças sociais em confronto” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 198). Explorar as contradições deve-se tornar um movimento constante de luta contra hegemônica, reconhecendo que a totalidade é formada por elos indissociáveis.

Essa disputa por qual projeto de sociedade deve ser implantado reflete em todos os campos, especialmente na proteção social, na qual tem-se: I) de um lado a preservação da concepção de Seguridade Social conforme foi construída pela Constituição da República de 1988, como um direito social de acesso universalizado e como uma ação do Estado, tendo como defensores a classe trabalhadora. II) Por outro lado, o desmantelamento da Seguridade Social pública, com a divisão das políticas que hoje integram o Sistema (Previdência Social, Assistência Social e Saúde), para que possam ser gerenciadas e administradas pelo setor privado, tornando-as um objeto de consumo do capitalismo, tendo como defensores desta corrente os representantes do grande capital (MOTA, 2008).

Mesmo que em alguns países da América Latina o sistema de proteção social esteja organizado de modo um pouco diverso do brasileiro, a tentativa de desmontá-lo está presente e latente tanto na sociedade quanto no próprio aparelho estatal. Portanto, deve-se lutar pela contrarreforma enquanto construção de elementos que mantenham a proteção social como um direito social gerido pelo Estado e não como uma simples mercadoria do capitalismo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do Estado e dos sistemas de proteção social na América Latina têm por fundamentado a necessidade de se problematizar teorias eminentemente latino-americana que compreendam e levem em consideração as especificidades e a diversidade das nações, bem como o grave quadro de desigualdades social e econômica. Sob esse novo contexto de proposição, é possível afirmar que as sociedades latino-americanas devem lutar contra discursos e ações, especialmente os neoliberais, que visam diminuir ou até mesmo exterminar os sistemas de proteção social.

O imperativo de esse “despertar” é urgente, uma vez que a entrega dos sistemas de proteção social ao capital (neoliberal) fará aumentar significativamente as desigualdades sociais dos povos latino-americanos, ocasionando o retorno a tempos longínquos de pauperização e assistencialismo, desconstruindo todo um processo de lutas e de construção de direitos da classe trabalhadora.

Como desafios presentes para os Estados latino-americanos e aos sistemas de proteção social tem-se, especialmente, a tentativa de “mercantilizar” a própria vida em sociedade, usurpando direitos de cidadania e, com isso, diminuir o papel e a participação do Estado na proteção social. Nesse ponto, a contribuição de Ianni (2011) é fundamental, ao afirmar que a realidade, os fatos e os acontecimentos necessitam ser desmascarados, desvendados, assim, há um longo percurso de construção entre a aparência e a essência, entre a parte e a totalidade, entre o singular e o universal.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. 2015 253 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado e Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ESCUADERO, Teresa Castro. Contribución para el estudio del Estado: el debate sobre fascismo y militarismo en América Latina. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Orgs.). **La teoría social latinoamericana: la centralidad del marxismo**. México, Ediciones el Caballito, 1995, p. 125-150.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octavio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. esp., p. 397-416, abr. 2011.

_____. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, vol. 2, n. 1, p. 6-40, 1988.

KAPLAN, Marcos. El Estado y la teoría política y constitucional en América Latina. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Coord.). **El Estado en América Latina: teoría y práctica**. México: Siglo Veintiuno, 1990, p. 70-107.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LECHNER, Norbert. Acerca del ordenamiento de la vida social por medio del Estado. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 43, n. 3, p. 1079-1102, 1981.

LUJANO, Cynthia. Repensando la categoría de Estado en América Latina: recuperación del pensamiento teórico latinoamericano. **Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales**, Quito, n. 8, p. 120-132, 2008.

MARX, K. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos 3**. São Paulo: Sociais, 1975.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOTA, Ana Elizabete Simões da. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileiras nos anos 80 e 90**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

O'DONNELL, Guillermo. Acerca del Estado, la democratización y algunos problemas conceptuales: Una perspectiva latinoamericana con referencias a países poscomunistas. **Revista Desarrollo Económico**, v. 33, n. 130, p. 163-184, 1993.

PEREIRA, Camila. **Proteção social no capitalismo - crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de Rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, Jesse. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. São Paulo: Leya, 2016.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. A questão social no contexto da globalização o caso latino-americano e o caribenho. IN: BELFORE-WANDERLEY, M.; BOGUS, L.;

YASBEK, M. C. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2004, p. 51-161.